

Ainda sobre a possibilidade de uma linguística “crítica”: performatividade, política e identificação racial no Brasil

*Still on the possibility of a “critical” linguistics:
performativity, politics and racial identification in Brazil*

Kassandra MUNIZ
(Universidade Federal de Ouro Preto)

ABSTRACT

To write having in mind Austin’s and Rajagopalan’s thinking, concerning the field of language studies, more specifically the field of Critical Linguistics, is also an act of writing about how the concept of performativity moves the idea of truth so appreciated by Science in order to promote the possibility of thinking about a relationship between language and identity that is not solely based on fixed or limited concepts. It is primary then to bring this to the field of race relations in Brazil, given that the linguistic identification of black man or woman in our country is a matter of political contingency. In this sense, we are interested in this Article to: (i) discussing the relationship between science, language and racial identity in the field of the language sciences; (ii) inquiring into the place of linguistic research from the point of view of the issues of African-descendants.

Key-words: *Critical linguistics; Politics; Decolonization; Racial identification.*

RESUMO

Escrever a partir da contribuição do pensamento de Austin e Rajagopalan para a área da linguagem, ou especificamente ao campo da Linguística Crítica, também é escrever sobre como, principalmente o conceito de performatividade desloca o conceito de verdade tão apreciado pela Ciência e promove a possibilidade de se pensar uma relação entre linguagem e identidades não pautada em noções fixas e estanques. Trazer isso ao campo das relações raciais no Brasil é fundamental, pois a auto e hetero identificação linguística como negro e negra em nosso país irá se dar de forma política e contingencial. Neste sentido, nos interessa neste artigo: i) discutir a relação entre ciências, linguagem e identidades raciais no campo do fazer científico sobre linguagem; ii) Discutir o lugar da pesquisa linguística feita a partir do ponto de vista das questões negro-descendentes.

Palavras-chave: *Linguística Crítica; política; descolonização; identificação racial.*

Entre mim e o outro mundo paira, invariavelmente, uma pergunta que nunca é feita: por alguns, por sentimentos de delicadeza; por outros, pela dificuldade de equacioná-la corretamente. Todos, no entanto, agitam-se em torno dela. Com um jeito um tanto hesitante aproximam-se de mim, olham-se com curiosidade ou compaixão e então, em vez de perguntarem diretamente: Como é a sensação de ser um problema?, dizem: Na minha cidade, conheço um excelente homem de cor; ou: Também lutei em Mechanicsville, ou: Esses ultrajes no Sul não fazem seu sangue ferver? Eu então sorrio, ou me interesso, ou reduzo o calor da minha raiva, conforme a ocasião. Quanto à pergunta real: Como é a sensação de ser um problema?, raramente respondo uma palavra sequer.

(Du Bois, *As almas da gente negra*)

Introdução

Em recente participação em GT sobre Políticas Linguísticas, houve uma acalorada e necessária discussão sobre linguagem e política, ou melhor, sobre a falta de política na área da linguagem. Não no sentido de que as escolhas linguísticas não sejam políticas e ideológicas, mas no sentido de que poucos linguistas admitem isso. Entre africanistas,

Ainda sobre a possibilidade de uma linguística "crítica"...

americanistas, intelectuais indígenas, pesquisadores de educação indígena, africanos discorrendo sobre suas próprias questões linguísticas e pesquisadores negros brasileiros ficou explícita a sensação de que "alguma coisa está fora da nova ordem mundial".

Todos eram pesquisadores doutorandos ou professores de universidades brasileiras e nos pareceu que os espaços na linguística praticada no país para pesquisas e pesquisadores com o perfil acima ainda são muito escassos. A exclusão, desde a política editorial para publicação até a não presença destes pesquisadores nas pós-graduações e quadro docentes dos departamentos de Linguística, faz com que essas vozes não tenham força suficiente para ao menos estar ao lado do *mainstream* linguístico e, assim, apresentar outras formas de fazer ciência linguística, tendo a questão política como intrínseca a este fazer.

Quando Rajagopalan (2003) advoga em favor de uma linguística crítica, baseando-se em autores que já vêm defendendo uma postura menos descritivista ou não apenas descritivista na ciência linguística, parece-me ser uma via interessante para acolher o clamor de pesquisas e pesquisadores contra hegemônicos. É possível vislumbrar algumas áreas ou autores que se arvoraram a tarefa de por a Ciência com 'c' maiúsculo para se repensar ou ao menos para ser vista a partir de outras vozes. Neste sentido, nos interessa neste artigo: i) discutir a relação entre ciência, linguagem e identidades raciais no campo do fazer científico sobre linguagem e ii) discutir o lugar da pesquisa linguística feita a partir do ponto de vista das questões negro-descendentes.

Para alcançar estes dois objetivos principais, este artigo pretende dialogar com autores que propõem uma descolonização do campo científico (Quijano, 2005; Mignolo, 2008) e a descentralização da razão (Derrida, 1999). Além desses autores, traremos as vozes de Rajagopalan (1987, 1998, 2006, 2007, 2012) e Austin (1961a, 1961b, 1990), autores aos quais este artigo se filia dentro do campo da Pragmática e Filosofia da linguagem ordinária. Estas ideias e autores serão trazidos a partir do que a Haraway (1995) chama de "privilegio da perspectiva parcial," porque trago as vozes das pesquisas que venho realizando na tentativa de estabelecer uma relação entre linguagem e identidades raciais, em uma concepção de linguagem e ciência como eminentemente políticas.

Das relações entre Ciência, Linguística e Colonialidade do saber: por uma Linguística Crítica

Escrever dentro do paradigma de Austin (1990) e Rajagopalan (2003) sobre a relação entre os estudos da linguagem e a produção de identidades é escrever, sobretudo, sobre uma possibilidade de língua para além do sistema. Mais do que conceber, visionar, adotar, estes autores *praticam* uma perspectiva de linguagem que não se atém às amarras da visão hegemônica sobre língua tão celebrada em nosso país e que dizem ainda respeito a uma tradição moderna de colonialidade (Pinto, 2012). Neste sentido, é escrever sobre como o conceito de performatividade, principalmente, desloca o conceito de verdade e promove a possibilidade de se pensar uma relação entre linguagem e identidades não pautada em noções fixas e estanques, uma vez que tanto a auto como a hetero identificação linguística como negro e negra em nosso país irá se dar de forma política e contingencial (Muniz, 2009).

Ao discutir o campo da linguagem, estou falando aqui especificamente dessa *entidade* denominada Linguística, ciência que se ergueu e se sustenta até hoje em cima de dicotomias e exclusão de tudo que fuja a um certo modelo de ciência que se almejava fazer parte. Modelo este calcado na ideia de que cultura e sociedade são extralinguísticos e não fazem parte do que seja a língua. São penduricalhos que vêm sendo chamados de “contexto”, de “condições de produção de discurso”, de “cena enunciativa”, de algo que está sempre “por fora” e de fora do que se entende ser língua. Como apontam Arrojo & Rajagopalan (1987: 15),

[u]m dos principais sustentáculos da linguística moderna é a crença na possibilidade de uma metalinguagem isenta de qualquer interferência e, porque não dizer, contaminação, oriunda da linguagem corriqueira ou leiga (no caso da linguística, seu próprio objeto de estudo, a linguagem-objeto). Tanto é assim que um dos clássicos da linguística moderna, um artigo intitulado ‘Secondary and tertiary responses to language’, de Leonard Bloomfield, aconselha o pesquisador-principiante sobre a necessidade de separar, dentro de seu corpus, o que os nativos falam “em sua língua” daquilo que eles dizem “sobre sua língua.”

Se essa ideia de língua contaminada, impura, maculada pelo exterior a ela tivesse ficado apenas no campo acadêmico, não causaria

Ainda sobre a possibilidade de uma linguística "crítica"...

tantos danos, mas a própria sustentação do que seja ciência linguística se apoia nessa visão na qual a linguagem ordinária, a linguagem que efetivamente utilizamos, é cheia de erros e precisa ser corrigida. Essa visão está presente em nossas escolas e na forma como cotidianamente a maioria dos sujeitos percebe a linguagem. É por isso que não interessa o que o falante leigo reflete sobre a língua, mas apenas o que ele diz na língua para que nós possamos descrever, enquadrar e corrigir imediatamente fazendo com que não se sintam adequados. Se sentir estrangeiro em seu próprio território linguístico parece que vem sendo uma das grandes consequências dessa visão porque apaga completamente nossas errantes existências linguísticas por não se encaixarem em um sistema pronto e acabado que vê a língua como um fato social, apenas no sentido de que é partilhada por uma comunidade linguística específica.

Não interessa o nativo, o indivíduo, as rasuras que fazemos na língua para que ela possa de fato ser chamada de nossa. Interessa apenas aquilo que cabe no estatuto de ciência que está posta até hoje com sua vocação cartesiana, apriorística e lógica, mesmo nas ciências humanas e sociais. Ainda nos termos do pensamento pioneiro de Arrojo & Rajagopalan (1987: 19),

[e]ssa pretensão ao "científico", à possibilidade de uma distinção clara e demarcável entre sujeito e objeto, entre linguagem poética e linguagem comum, entre linguagem e metalinguagem, que a teoria literária compartilha com a linguística e com a maioria de nossas disciplinas institucionalizadas, se fundamenta na tradição logocêntrica que sempre predominou no pensamento ocidental. Esse pensamento, que, entre outros, gerou o homem cartesiano que se sonhou senhor de si mesmo e, portanto, capaz de olhar o mundo sem se misturar com ele, tem que ser necessariamente reavaliado.

Em uma perspectiva de ciência, mesmo nas sociais/humanísticas, que ainda se mantém ou quer se manter fiel a um modelo cartesiano e racionalista que separa a razão da emoção, a mente de corpo, o masculino do feminino, o público do privado (Rajagopalan, 2008) qualquer produção de conhecimento que tenha como pilares o senso comum, a linguagem ordinária, as identidades, as revoluções do cotidiano será visto no mínimo com desconfiança, mesmo por aqueles que sofrem a

opressão do paradigma dominante que preside o que se tem considerado como científico. Quijano (1992, *apud* Mignolo, 2008:,288) aponta que é fundamental que se estabeleça uma crítica a esse paradigma de racionalidade gestado na Europa. Nas palavras do autor:

[m]ás aún, urgente. Pero es dudoso que el camino consista en la negación simple de todas sus categorías; en la disolución de la realidad en el discurso; en la pura negación de la idea y de la perspectiva de totalidad en el conocimiento. Lejos de esto, es necesario desprenderse de las vinculaciones de la racionalidad-modernidad con la colonialidad, en primer término, y en definitiva con todo poder no constituido en la decisión libre de gentes libres. Es la instrumentalización de la razón por el poder colonial, en primer lugar, lo que produjo paradigmas distorsionados de conocimiento y malogró las promesas liberadoras de la modernidad. La alternativa en consecuencia es clara: la destrucción de la colonialidad del poder mundial. (Quijano, 1992: 447, *apud* Mignolo, 2008: 288)

Não deixa de ser perturbador ler o projeto descolonial de Quijano por seu caráter extremamente radical e necessário. Necessário principalmente porque não é mais possível ignorar os efeitos muitas vezes nocivos de nosso modo de fazer ciência, assentado em verdades fictícias e provisórias que têm como asserção principal o primado da razão e da hierarquia entre os que são *iluminados* por essa razão e os que ainda estão nas *trevas* da falta de conhecimento. Qualquer ator de novela, formulador de políticas públicas de educação ou acadêmicos empedernidos da sua missão de “ensinar a pensar” concordarão que só a *educação salva!!* Obviamente, a educação a qual se referem é a escolarizada, calcada em pilares coloniais e extremamente parciais de saberes e conhecimentos. A ciência moderna e, por sua vez, a ciência linguística que se ergueu nestes pilares segue apartando o sujeito da língua ou quando o admite, empreende todo o esforço de “domar a língua selvagem” (Anzaldúa, 2009) encontrando alguma categoria na qual o sistema possa absorvê-la. Concordo com Derrida (1999) quando este afirma que mesmo nos discursos mais revolucionários, o princípio da razão que rege a Ciência acha uma forma de acomodá-los à sua estrutura diluindo seus esforços em se contrapor ao sistema que nos rege.

Em experiência recente ministrando uma disciplina na pós-graduação intitulada Linguagem e Prática Social, foi interessante ver

e sentir a “agonia” e inconformismo dos estudantes com a ideia de linguagem e performatividade calcada em Austin (1990) e Rajagopalan (1998) no que tange à diluição do conceito de verdade e, por isso, mesmo de Ciência. O ‘c’ maiúsculo da palavra Ciência é para ilustrar o poder ideológico que governa nossas mentes e que nos causa esse sentimento de incômodo diante da impossibilidade de tratar a língua e os sujeitos fora de dicotomias hierárquicas. O incômodo reside porque a segurança ontológica que a Ciência sempre nos proporcionou cai por terra quando refletimos sobre as palavras de Quijano e percebemos que o conhecimento racional e racial presente na Ciência nunca foi feito por “decision libre de gentes libres.”

(O termo) “Ciência” constitui um rótulo de enorme prestígio nos países ocidentais e alguns países orientais. Esse prestígio é arregimentado por interesses ‘ocultos’ a fim de restringir a gama de perspectivas que são consideradas admissíveis. A pressão para que isso ocorra raramente encontra resistência por parte dos membros mais destacados da comunidade científica. Estando no topo da carreira, eles tendem a aposentar-se ou a não ser socialmente influentes ou a estar concentrados em suas pesquisas específicas, o que os torna, sem que eles mesmos o percebam, coniventes com o dogmatismo grosseiro. (Naess, 1972: 128, *apud* Rajagopalan, 2012: 264).

É fundamental e urgente, principalmente para quem dilui a dicotomia objeto e sujeito de pesquisa, questionar mais sobre o papel da ciência em nossas vidas e, principalmente, é chegado o tempo de assumir a responsabilidade pelas implicações das respostas que possam surgir, sem nos contentarmos com as soluções rápidas e fáceis que só têm o poder de aliviar nossa “Cons(ciência) Humanitária” (Placer, 2001 *apud* Bárcena, 2001). É importante salientar que esta tarefa não é responsabilidade apenas da Academia ou de áreas de saber específicas da Academia. É responsabilidade de todos que se dizem compromissados com uma Universidade e, por isso mesmo, com uma Sociedade mais democrática de fato, plural e igualitária. Os discursos que a Universidade elege como padrões de comportamento, ética, profissionalização, conhecimento e técnica afetam a todos nós, por isso mesmo, talvez caiba a quem faz parte dela uma parcela maior dessa responsabilidade de se repensar e agir.

Essas novas responsabilidades não podem ser apenas acadêmicas. Se continuam sendo tão difíceis de assumir, precárias e ameaçadas, é por-

que devem, ao mesmo tempo, guardar a memória viva de uma tradição e abrir para além de um programa, ou seja, para aquilo que se chama o futuro. E os discursos, as obras ou as tomadas de posição que elas inspiram, quanto à instituição de ciência e pesquisa, já não concernem somente à sociologia do conhecimento, à sociologia ou à politologia. Essas áreas são mais necessárias do que nunca, sem dúvidas; (...) Mas, qualquer que seja seu aparelho conceitual, sua axiomática, sua metodologia, jamais tocam no que nelas continua a repousar sobre o princípio da razão, e, portanto, sobre o fundamento essencial da Universidade moderna. Elas nunca questionam a normatividade científica, a começar pelo valor de objetividade ou de objetivização, que regula e autoriza seu discurso. (...) E o fato de serem por vezes usados por não-universitários profissionais em geral nada muda quanto ao essencial. Isso explica, até certo ponto, porque, mesmo quando se dizem revolucionários, alguns desses discursos não preocupam as forças mais conservadoras da Universidade. (Derrida, 1999: 149-150)

Dessa forma, faz todo sentido se questionar e questionar o lugar não só de uma produção acadêmica que investigue e tenha como relevante tudo o que fica de fora do paradigma dominante, bem como os sujeitos pesquisadores que pretendem investigar justamente esse “resto” de temas sociais. Mais grave ainda é quando esses sujeitos pesquisadores se encontram no mesmo “não lugar” que suas pesquisas, uma vez que até bem pouco tempo eram apenas objetos de pesquisa. Refiro-me aqui, por exemplo, à produção de conhecimento realizada por intelectuais negras e negros, por intelectuais indígenas e mesmo por mulheres, embora alguns acreditem que estas, principalmente as brancas, ocidentais e de classes mais altas, já se encontrem dentro do paradigma dominante.

A grande questão é se há alguém que não esteja dentro de algum padrão se pensarmos que as identidades são multiformes e que subalternidade não é um lugar fixo. Trata-se de um tema delicado porque tenho dificuldades em pensar se é possível escapar ao sistema ou apenas ludibriá-lo, implodi-lo por dentro como nos sugere De Certeau ao falar das táticas que os sujeitos podem empreender para agir dentro do sistema. Não será que todos nós, mesmo aqueles que temos identidades construídas ocidentalmente como inferiores, inumanas, abjetas não já nos encontramos dentro do espectro da primazia da *normalidade*? O sistema sempre acha uma forma de absorver o que pode abalá-lo. Neste sentido, trago o Mignolo (2008:291) quando este afirma que

Ainda sobre a possibilidade de uma linguística "crítica"...

Uma das realizações da razão imperial foi a de afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero) e de expeli-los para fora da esfera normativa do "real". Concordo que hoje não há algo fora do sistema; mas há muitas exterioridades, quer dizer, o exterior construído a partir do interior para limpar e manter seu espaço imperial. É da exterioridade, das exterioridades pluriversais que circundam a modernidade imperial ocidental (quer dizer, grego, latino, etc.), que as opções descoloniais se reposicionaram e emergiram com força.

Considerando as palavras de Mignolo, ao assumir uma postura "crítica" de se pensar a Ciência, a língua e as identidades, estou assumindo um pensamento descolonizado ou que se pretende a. Se não existe em alguns contextos o colonialismo, existe definitivamente a colonialidade introjetada em nossos discursos e em nossa forma de ver o Outro, por isso esta é uma discussão fundamental para as pesquisas que têm como base a relação entre linguagem e identidades. Ao pensar as possibilidades de uma Linguística Crítica Pós-Colonial, não estou me referindo apenas às teorias críticas marxistas, mas principalmente à necessidade de haver mais política na Linguística. Para isso, desconstruir o projeto modernista que a faz exercer tanta influência em outras áreas das Ciências Humanas é passo importante.

A palavra 'crítica' é frequentemente designada para determinar uma postura reflexiva e indagadora em relação aos fenômenos da vida. Na tradição das ciências sociais, o termo foi introduzido pela Escola de Frankfurt na década de 1930 (Horkheimer, Adorno, Benjamin) e seus herdeiros do Pós-Guerra, os "neo-Frankfurtianos" entre os quais Jürgen Habermas seja talvez o mais bem conhecido. O que une todos esses pensadores é que eles examinam a vida social, enfim a própria sociedade, a partir de uma perspectiva que eu chamaria de 'subjetividade refletida'. Eles não acreditam em "fatos nus" de qualquer ciência, sobretudo quando a ciência em questão lida com seres humanos. O ponto de vista do observador, e o seu interesse em observar o que quer que seja, têm de ser levados em conta. (Mey, 2001: 315)

Mesmo colocando em termos de postura crítica tal como Mey descreve acima, a fragmentação intrínseca a estes tempos veio nos trazer de volta a necessidade de nos perguntarmos, uma vez que não

estamos mais encontrando segurança e conforto na metafísica; ao invés disso, as sensações de incômodo e de deslocamento estão cada vez mais presentes, inclusive nas nossas pesquisas. A transitividade e a falta de certezas que caracterizam nossos tempos já estavam presentes na Filosofia da linguagem ordinária, cuja figura de Austin (1990) é um dos expoentes principais. Segundo Rajagopalan (1990: 231), para este autor não interessava dar respostas e sim *problematizar*:

Detesta ele toda sorte de estardalhaço. Para ele, problematizar é a palavra e ordem – o lema de seu projeto filosófico (desconfiava até mesmo desta última palavra) – problematizar mesmo quando as coisas estão parecendo se encaminharem para um desfecho satisfatório (grifos de Rajagopalan).

Ao se colocar a problematização como questão central em um fazer científico e não os resultados, há um ganho extraordinário, a meu ver, porque há a possibilidade de se questionar e de o *processo* e não o produto ter mais relevância.

Neste sentido, todas as prerrogativas do método e rigor científicos que são regidos pelo “princípio da razão” (Derrida, 1998) perdem seu estatuto de verdade irrefutável e constituem apenas em mais uma forma de produzir conhecimento. Daí Mignolo (2008) nos provocar com a ideia de desobediência epistêmica que, segundo ele, só será possível se fizermos a opção descolonial uma vez que as teorias preconizadas pelo Ocidente, com toda sua carga eurocêntrica e racial, têm colonizado nossos corpos e mentes desde tempos imemoriais. Ocidente aqui não apenas significando uma localização geográfica no mundo, mas

(...) geopolítica do conhecimento. Consequentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender (...), já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/ colonial (Mignolo, 2008: 290).

Essa mesma *razão imperial/colonial* está presente em muitas das afirmações que fazemos na área da Linguagem e que acabam por subjugar os sujeitos e suas línguas porque temos dificuldade em assumir o caráter político tanto da Ciência como da Linguística. Se a língua e

Ainda sobre a possibilidade de uma linguística "crítica"...

o discurso são frutos das interações verbais dos sujeitos, então é possível afirmar que 1) a língua é uma invenção/criação fruto de práticas discursivas (Rajagopalan, 1998; Pinto, 2011) e 2) os traços semânticos negativos que atribuímos a certas identidades (negra, indígena, por exemplo) são fruto dessa invenção linguística.

Linguagem, Racialidade e Descolonialidade: des-pensar para pensar a partir de vozes contra-hegemônicas

Pensar de forma descolonizada é um desafio, pois para fazer isso, eu penso (e existo?) na língua do colonizador. Talvez tenhamos que “des-pensar para poder pensar” como quer Boaventura Santos (2010). Em um dos artigos mais interessantes que li sobre linguagem, bel hooks¹ (2008), feminista negra, entre outras coisas, se apropria do poema, ou melhor, de um verso da Adrienne Rich que desestabiliza qualquer projeto de uma escrita descolonial. O verso golpeia: “Esta é a língua do opressor, no entanto eu preciso dela para falar com você.” Não é a língua portuguesa, em nosso caso, que tem o poder de causar dor, de machucar, de ferir, configurando violência linguística, mas os usos e abusos que são feitos em nome da língua. A autora reconhece:

Refletindo sobre as palavras de Adrienne Rich, eu sei que não é a língua inglesa que me fere, mas o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para se tornar um território que limita e define, como eles fazem dela uma arma que pode envergonhar, humilhar, colonizar (hooks, 2008: 858).

É por esse caminho cheio de pedras que este artigo se desenrola como um fio diaspórico que tenta entender qual o lugar de se emprender pesquisa em Linguística tendo como forma de olhar e de se posicionar no mundo as questões negrodscendentes. Essas inquietações se encontram no in-between de Bhabha (1998), na iterabilidade de Derrida, na performatividade de Austin, no essencialismo estratégico de Spivak (1996) e na história da racialidade que domina o campo científico (Quijano, 2005; Mignolo, 2008; Munanga, 2004; Santos,

1. A autora assina suas publicações com o nome em minúsculo para marcar uma postura acadêmica contra-hegemônica.

2006; 2010, entre outros). Ou seja, encontra-se no não lugar, no terceiro espaço que qualquer intelectual negro e negra conhece porque vivencia cotidianamente a sensação de ao mesmo tempo estar dentro e fora do sistema. Pensar a partir de questionamentos e não de certezas e verdades não é uma opção; é pura sobrevivência.

A “língua” arrumou uma forma de nomear a hierarquia cientificamente criada entre os sujeitos racializando a forma como interagimos com o Outro. Não é pacífico afirmar a centralidade da racialidade na forma moderna como algumas ciências se ergueram mas se se coloca colonialidade, modernidade e racionalidade juntas, é quase impossível não pensar a partir dessa centralidade racial.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (Quijano, 2005: 107-108).

A citação é longa, mas é extremamente apropriada para estabelecermos a relação entre identidades, língua e racialidade. Esses três conceitos tão caros para entender a forma como existimos neste mundo foram e são extremamente marcados pelo poder colonial e político das grandes nações e por isso não podem ser discutidos apartados da política e de uma visão crítica sobre os mesmos. O fato de estar uti-

lizando tanto o verbo “pensar” neste artigo, que dialoga com autores que criticam a razão e propõe des-pensar, é para pontuar a ausência de sujeitos, marcados racialmente em seus corpos e em suas línguas, da construção da *intelligentsia* brasileira, visto que fomos construídos pela não racionalidade. Para refletir sobre esses conceitos, é imprescindível pensar a forma como as existências indígenas e negro-africanas foram construídas tendo repercussões discursivas e sociais excludentes até hoje para essas populações. Só será possível construir e considerar as diferentes línguas, sujeitos e as cosmovisões que eles criam por meio da língua se primeiro desconstruirmos o que se tem hoje como a identidade desses sujeitos.

Por identidades ou identificação, não nos interessa nem uma noção pautada em um psiquismo, nem em uma noção ontologizada da identidade, visto que tanto uma como a outra estão preocupadas com a busca por uma essência. Nesse trabalho, interessa a identidade vista como relacional, fragmentada; uma noção de identidade que seja politicamente motivada. Neste sentido, seguimos em uma argumentação que defende uma noção de identidade que não esteja alheia a esse movimento político e, por isso mesmo, contingencial. Por isso, concordamos com Hall (2003) e falamos em identificação, que nos dá a ideia de processo, salientando que este processo não só passa pela língua, como é constitutivo desta. Ou seja, a concepção enunciada acima vai contra o essencialismo que reivindica uma identidade verdadeira, pura, tanto no sentido natural e biológico, quanto no que essa reivindicação possa ter de histórica e cultural. A língua e o sujeito estão sempre a se constituir e a constituir algo. É um contínuo processo de busca pela completude, processo esse que vai se realizar nas interações verbais, na interação com o outro. Ao mesmo tempo em que faz, sofre a ação, ao mesmo tempo em que determina, é determinado.

Está na incompletude a energia geradora da busca da completude eternamente inconclusa. E como incompletude e inconclusão andam juntas, nossas identidades não se revelam pela repetição do mesmo, do idêntico, mas resultam de uma dádiva da criação do outro que, dando-nos um acabamento por certo sempre provisório, permite-nos olharmos a nós mesmos com seus olhos. Como muitos são os outros em cujos olhos habitamos para dar-nos um acabamento, nossas identidades são múltiplas, estabilidades instáveis a que sempre regressamos (Gerald, 2005: 8).

Pensando como racialmente o Brasil foi construído, a miscigenação mais do que um discurso, politicamente motivado, é uma realidade constatável quando lidamos com o imaginário racial presente em nosso país. Não estou discutindo se temos ou não uma alta taxa de miscigenação racial no país, mas o projeto de nação construído em cima dessa ideia. O projeto de diluição das diferenças entre as raças para obter uma unificação nacional e, assim, diluir também o poder político de quem historicamente foi visto e tratado como diferente *igual a* desigual, deixou de ser uma virtualização e se tornou uma realidade na América Latina no decorrer, principalmente, das últimas décadas.

Munganga (2004:107) diz: “Em *La Raza Cósmica*, obra publicada em 1925, o filósofo mexicano, José Vasconcelos, pensava que a América Latina ia se tornar uma nova raça, rica de todas as virtualidades das raças anteriores, a raça final, a raça cósmica”. A questão é que quase nenhum país da América Latina adotou tão bem ou integrou de forma tão arrebatadora a perspectiva da assimilação entre as raças, tal como previram Vasconcelos e, no contexto brasileiro, Gilberto Freyre. Aqui, como em outros países da América Latina, a ideologização da miscigenação veio para ocultar, suplantar, destruir a perspectiva de uma sociedade pluriétnica e plurirracial, pautada no respeito mútuo e no objetivo comum de um mundo melhor para todos e todas. Adotamos um modelo integracionista que serviu não para realmente promover a interação entre as raças, mas para apagar a participação política, cultural e intelectual destas, principalmente, a negra e a indígena. Embora partidário no seu livro *O povo brasileiro* da tese da miscigenação, Darcy Ribeiro alerta para o outro lado da perspectiva assimilacionista: “Nas conjunturas assimilacionistas, se dilui a negritude numa vasta escala de graduações, que quebra a solidariedade, reduz a combatividade, insinuando a ideia de que a ordem social é uma ordem natural, senão sagrada” (Ribeiro, 1995: 226).

Dessa forma, aqui, os extremos não se opõem – ou ao menos há quem goste de acreditar nisso. Por isso, o mulato é visto como “válvula de escape”, como mediação, como adiamento do conflito, do confronto. O mestiço brasileiro pode, assim, cumprir diversas funções: une os extremos, conjuga as heranças, afirma a “unidade da pátria” e a homogeneidade da população. Aqui, a pluralidade não foi nem promovida nem bem-vista: tentou-se e firmou-se a miscigenação como projeto político para o Brasil, na construção da pátria morena.

Ainda sobre a possibilidade de uma linguística "crítica"...

Não se pode deixar de [...] refletir sobre a imperceptível e perigosa harmonia que muitas vezes existe entre conhecimento científico e justificação da ordem social. Por exemplo, multiplicou-se e tem sido amplamente aceita nossa origem biológica a partir de três raças: a europeia, a indígena e a africana. Mas na antropologia física pouco se enfatiza que o acesso ao poder e aos recursos socialmente produzidos destes três grupos 'biológicos' tenha sido profundamente desigual. Portanto, com cinco séculos de colonialismo, neocolonialismo, marginalização, pobreza extrema, etc, que dois, dos três componentes têm sofrido, deve-se ser precavido com o que se assume como biológico e que pode ter determinações sociais. (Peña Saint Martin, 1997 *apud* Fuentes, 2002: 48, tradução minha)².

Essa construção de nação que apaga as existências, inclusive linguísticas, de dois componentes da história do país tem consequências graves no nosso modo de fazer pesquisa. Não é à toa que esses sujeitos são sempre construídos como objetos de pesquisa tendo suas vozes abafadas pelas nossas bibliografias eurocêntricas e nossa forma de ver o mundo a partir do ocidentalismo. Em pesquisa para analisar a concepção de linguagem em produções indígenas, Oliveira e Pinto (2011:312) afirmam:

Constatamos, no decorrer da busca pelas produções indígenas, que o que impede nosso acesso a tais produções e faz com que mesmo as produzidas nos moldes acadêmicos, como as de Oliveira (2008) e de Gakran (2008), sejam de difícil acesso, não é por elas não existirem, mas por estarem subjugadas por concepções científicas consolidadas marcadas por práticas de genocídio, epistemicídio (Santos; Meneses; Nunes, 2005) e silenciamento contra as etnias.

2. "No se puede dejar de [...] reflexionar sobre la imperceptible y peligrosa armonía que muchas veces existe entre conocimiento científico y justificación Del orden social. Por ejemplo, se ha multiplicado y ha sido ampliamente aceptado nuestro origen biológico a partir de tres razas: la europea, la indígena y la africana. Pero en antropología física poco se enfatiza que el acceso al poder y los recursos socialmente producidos de estos tres grupos 'biológicos' ha sido profundamente desigual. Por tanto, con cinco siglos de colonialismo, neocolonialismo, marginación, pobreza extrema, etcétera, que dos de los tres componentes han sufrido, se debe ser precavido con qué se asume como biológico y qué puede tener determinaciones sociales".

Isso também pode ser constatado em relação à população negra, mesmo sendo esta em número altamente expressivo na sociedade brasileira. Há quem nunca tenha lido um intelectual negro brasileiro ou apenas saiba citar o geógrafo Milton Santos. Acho sempre (ainda) surpreendente constatar em salas de aula a ignorância de estudantes de graduação e pós bem como de colegas a respeito da produção de acadêmicos e intelectuais negros e negras. Como pensar outras epistemologias se essas identidades continuam relegadas a um lugar de falados, mas não de falantes? Como conceber outras formas de pensar a linguagem e sua relação intrínseca com as identidades dos sujeitos se se considera apenas uma matriz de conhecimento? Até hoje os estudos sociolinguísticos não sabem explicar, com algum consenso, o porquê de não termos crioulo se em mais da metade do que se conhece da história desse país tivemos como população majoritária os africanos, seus descendentes e, obviamente, suas línguas. Que projeto tão radical de extinção e genocídio foi este que apagou esta possibilidade?

Mattos e Silva (2004), sociolinguista que procurou em suas pesquisas entender que Brasil linguístico era esse, desde os tempos de colônia, afirmava, ao discutir a tese de que o português falado pela maioria da população no país é fruto da influência da população africana e afro-brasileira: “Língua não é um conceito linguístico, mas político.” Se por um lado há o discurso da não influência na língua portuguesa desses dois grupos raciais, há autores que defendem não só a influência como a possibilidade de pensarmos em crioula ou semi crioulos em nosso país. O que faz com que esta última perspectiva não seja a do *mainstream* linguístico brasileiro é o peso do discurso do apagamento dessas populações na história de nossa língua: “É um discurso que se impõe pela força e pela escrita, ou melhor, impõe-se com a força institucionalizadora de uma língua escrita gramatizada que já traz consigo uma memória, a memória do colonizador sobre a sua própria história e sobre a sua própria língua” (Mariani, 2004:24 *apud* Pinto, 2013:141)

Considerações finais inconclusas...

Se a teoria austiniana, na leitura que aprendi com Rajagopalan entre outros (Derrida, 1981; Butler, 1997) não dá conta de quebrar com todo

Ainda sobre a possibilidade de uma linguística "crítica"...

este paradigma moderno presente em nossa área, para mim constituiu nesses anos de pesquisa uma possibilidade de ter possibilidades. O conceito de performativo, ao não ditar verdades e falsidades em termos de linguagem, mas felicidade e infelicidade fornecem possibilidades para diluir a força dessas dicotomias e pretensões científicas que o conceito de língua vem assumindo cada vez com mais força ao invés de ser repensado.

Neste artigo, a intenção foi propor um diálogo e estabelecer uma relação entre linguagem e identidades, a partir de uma visão das pesquisas sobre relações raciais no Brasil. A opção por dialogar com autores que se nomeiam ou são nomeados como pós coloniais se justificou porque a construção da Ciência foi e é racializada, mas não significa que todas as possibilidades raciais estejam contempladas. É exatamente o contrário. Negros e indígenas sempre foram objetos de pesquisas que não colocavam como perspectiva o que esses sujeitos tinham a falar sobre suas próprias existências linguísticas, sendo relegadas às suas línguas apenas a descrição; quando havia língua que sobrevivesse ao genocídio linguístico a que essas populações foram submetidas. Sem povo, é possível ter língua? Neste sentido, trazer autores para ajudar a (des)pensar o peso do colonialismo em nossa forma de fazer ciência linguística é também uma tentativa de trazer junto essas vozes historicamente silenciadas.

Quando lembramos polêmicas recentes envolvendo o questionamento do uso não padrão do português em livros para EJA, em correções de redação de ENEM e nos sempre e frequentes motivos de piadas em *posts* de *facebooks*, percebemos o quão enredados estamos na trama da pureza linguística, da não historicidade da língua, do apagamento dos sujeitos e ideias racializadas que permeiam este desejo pela pureza. Desejo este que revela uma concepção de língua limpa, sem rascunhos, sem sujeitos, sem história, sem política.

Recebido em outubro de 2013
Aprovado em fevereiro de 2015
E-mail: kassymuniz@gmail.com

Referências bibliográficas

- ANZALDUA, Gloria. 2009. Como domar uma língua selvagem. *Cadernos de Letras da UFF*. pp. 297-309.
- ARROJO, Rosemary; KANAVILLIL, Rajagopalan. 1987. *A crise da metalinguagem: uma perspectiva interdisciplinar*. Anais do XXXIV GEL.
- AUSTIN, John. 1990. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução de Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. 1878. Outras mentes. Tradução de Marcelo G. da L. Lima. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural.
- _____. 1961. Are there a priori concepts? In: _____. *Philosophical Papers*. London: Oxford University Press. pp. 32-54.
- _____. 1961. A plea for excuses. In: _____. *Philosophical Papers*. London: Oxford University. pp. 175-204.
- BÁRCENA, Fernando. 2001. Conditio inhumana: las ruinas de un mundo común. In: _____. *La esfinge muda – El aprendizaje del dolor después de Auschwitz*. Barcelona: Anthropos; Guadalupe: Universidad Autónoma de Nuevo León.
- BHABHA, Homi K. 1998. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana L de L. Reis, Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- BUTLER, Judith. 1997. *Excitable speech: a politics of the performative*. London and New York: Routledge.
- DE CERTEAU, Michel. 2002. *A invenção do Cotidiano (Artes de fazer)*. Tradução de. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes.
- DERRIDA, Jacques. 1999. *O Olho da Universidade*. Tradução de Ricardo Iuri Canko e Ignacio Antonio Neis. São Paulo: Estação Liberdade.
- _____. 1981. *Posições*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica.
- FUENTES, Antonio Julián Martínez. 2002. Siglo XXI: antropología, “razas” y racismo. *CATAURO – Revista Cubana de Antropología*. Ano 4, n.6, julio-diciembre. La Habana: Fundación Fernando Ortiz.
- GERALDI, Wanderley. 2005. A diferença identifica. A identidade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética através da estética. In: KRAMER, S. et al. (ed.). *Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez.
- HABERLAND, Hartmut & MEY, Jacob. L. 2002. Editorial: linguistics and pragmatics, 25 years later. *Journal of Pragmatics* 34(12):1671-1682.

- HALL, Stuart. 2003. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: UFMG.
- HARAWAY, Donna. 1995. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução de Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu* 5:7-41.
- HOOKS, Bel. 2008. Linguagem: ensinar novas paisagens/ novas linguagens. Tradução de Joana Plaza Pinto, Carliane Gonçalves e Paula de Almeida Silva. *Estudos Feministas* 16(3):424.
- _____. 1999. *Ain't a woman: black women and feminism*. Boston: South End Press.
- _____. 1995. Intelectuais Negras. Tradução de Marcos Santarrita. *Estudos Feministas* 3(2):464-478.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. 2004. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- MEY, Jacob. 2001. *Pragmatics: an introduction*. 2 ed. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.
- _____. 1985. *Whose language? A study in linguistic pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- MIGNOLO, Walter. 2008. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF* 34: 287-324.
- MUNANGA, Kabengele. 2004. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica.
- MUNIZ, Kassandra. 2009. *Linguagem e Identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística). Departamento de Linguística, UNICAMP, Campinas.
- NASREEN, Taslima. 1996. O opressor e os oprimidos. In: MILLER, Chris (ed.). *A palavra dissidente*. Difel: Miraflores.
- OLIVEIRA, Elismênnia; PINTO, Joana. 2011. Linguajamentos e contra hegemonias epistêmicas sobre linguagem em produções escritas indígenas. *Linguagem em (Dis)curso* 11(2): 311-335.
- PINTO, Joana. 2013. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (ed.). *O Português no século XXI – cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial. pp. 120-143.
- QUIJANO, Aníbal. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDEER, R. (ed.). *A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas*. Buenos Aires: CLACSO. pp. 227-278.

- RAJAGOPALAN, Kanavillil. 2012. A última cartada das forças retrógradadas em matéria de justiça social: o caso Demétrio Magnoli e seus argumentos contra as cotas. *Signótica* 24(2):259-286.
- _____. 2008. Knowledge about language and emotion. In: CENOZ, J. & HORNBERGER, N. H. (eds.). *Encyclopedia of Language and Education*. Science + Business Media LLC. 2 ed., Vol 6. pp. 1-10.
- _____. 2003. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial.
- _____. 2006. Pós-modernidade e a política de identidade. In: RAJAGOPALAN, K. & FERREIRA, D. M. (eds.). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Mackenzie.
- _____. 2006. Social Aspects of Pragmatics. In: BROWN, Keith (ed.). *Encyclopedia of Language and Linguistics*. Oxford: Elsevier. Vol 11. pp. 434-440.
- _____. 1998. O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I. (ed.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras.
- _____. 1990. Dos dizeres em torno do fazer. *D.E.L.T.A.* 6(2):223-254.
- RAJAGOPALAN, K. & FERREIRA, D. M. M. 2006. (orgs.). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Mackenzie.
- RIBEIRO, Darcy. 1995. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, Boaventura Souza. 2010. *Descolonizar el saber, Reinventar el poder*. Ediciones Trilce.
- _____. 2006. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 1996. Can the Subaltern Speak? In: NELSON, Cary and GROSSBERG, Lawrence (eds.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois Press. pp. 271-313.
- WEST, Cornel. 1994. *Questão de Raça*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WOODWARD, Kathryn. 2000. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (ed.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.